



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE BRAGANÇA PAULISTA

Aos 14 dias do mês de junho de 2016, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 02/2016, divulgado em 08/03/2016 no DEJT (Edição 1933/2016 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 168). Presente o Juiz Titular Wilson Pocidônio da Silva. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Airton Sérgio Guastali e Ayrton Rocha
Jurisdição Atendida:	BRAGANCA PAULISTA, JOANOPOLIS, PINHALZINHO, VARGEM, TUIUTI, PEDRA BELA
Lei de Criação:	7.471/86
Data de Instalação:	29/11/1986
Data de Instalação do PJE:	14/08/2013



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
WILSON POCIDONIO DA SILVA	16/11/2005

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
13/05/2015 a 11/06/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/06/2015 a 14/07/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/07/2015 a 13/08/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
12/11/2015 a 13/11/2015	PARTICIPAÇÃO EM	SEM SUBSTITUTO
13/04/2016 a 12/05/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/05/2015 a 01/06/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	14/08/2015 a 16/08/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSUE CECATO	12/06/2015 a 14/06/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
NEWTON CUNHA DE SENA	09/02/2015 a 19/12/2015
NEWTON CUNHA DE SENA	07/01/2016 a 02/06/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
13/04/2015 a 12/05/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
16/09/2015 a 15/10/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
12/11/2015 a 13/11/2015	A DISPOSICAO DO	SEM SUBSTITUTO
28/11/2015 a 29/11/2015	DIA TRAB CONCURSO	SEM SUBSTITUTO
16/05/2016 a 02/06/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA	11/04/2016 a 11/04/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/04/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANA NAOMI ISHIMOTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	22/07/2002
ADRIANA SILVEIRA PASQUINI BRITO DA CUNHA	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	28/09/2005
AURIEDNA CASTILHO MOREIRA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	14/02/2005
DANIEL BOSCO DE MELO	TJA	-	14/07/2014
DEBORA CIUFFO DOS SANTOS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	06/05/2005
ELISA ROCHA GALASSO	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	26/09/2005
ELTON GRAZIOLI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	18/11/2006
GENY ALVES DE OLIVEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	11/01/2007
GILBERTO MORENO LINHARES	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	07/01/1998
JOSE EDUARDO PINTO DE SOUZA	TJA	-	17/03/2016
LAUDELINA ALVES DE OLIVEIRA MACHADO	TJA	FC-04 CALCULISTA	04/04/1990
LUCIANA OCCHIETTI FERA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	28/02/1997
PATRICIA APARECIDA FRANCO DE MORAES	TJA	-	20/02/2016
RENATO STORNILO TRANCOSO	AJ-OJA	-	02/05/2012
SANDRA REGINA NEGRELLO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/10/2012
VALERIA RODRIGUES ALVES	AJ-OJA	-	29/11/2012
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			15
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			15-16 + 3 OJ



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	10
LICENÇA MÉDICA/RGPS	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	47
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	1
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	14
PARTICIPAÇÃO EM GREVE	76
TOTAL	154



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/04/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
CARLA FRANCIELI OLIVEIRA MACHADO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2016
GIOVANI APARECIDO DE GODOY	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2015



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/04/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	18
NEWTON CUNHA DE SENA	87
WILSON POCIDONIO DA SILVA	15

SERVIDORES	HORAS
ADRIANA NAOMI ISHIMOTO	77
ADRIANA SILVEIRA PASQUINI BRITO DA CUNHA	39
AURIEDNA CASTILHO MOREIRA	23
DANIEL BOSCO DE MELO	37
DEBORA CIUFFO DOS SANTOS	107
ELISA ROCHA GALASSO	59
ELTON GRAZIOLI	7
GENY ALVES DE OLIVEIRA	7
GILBERTO MORENO LINHARES	37
LAUDELINA ALVES DE OLIVEIRA MACHADO	25
LUCIANA OCCHIETTI FERA	37
RENATO STORNILO TRANCOSO	37
SANDRA REGINA NEGRELLO	179
VALERIA RODRIGUES ALVES	49



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência ou enc. da instrução	1.446	2.076
	Aguardando prolação de sentença	105	128
	Aguardando cumprimento de acordo	468	374
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.344	1.693
	Subtotal	3.256	4.139
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	1.081	559
	Liquidados pendentes de finalização na fase	131	296
	Subtotal	1.212	857
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.188	1.473
	Encerrados pendentes de finalização na fase	432	176
	Subtotal	2.620	1.649
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	409	133
TOTAL		7.088	6.644



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	303	300	45
Exceções de Incompetência	14	13	8
Antecipações de Tutela	243	226	45
Impugnações à Sentença de Liquidação	24	4	23
Embargos à Execução	74	45	76
Embargos à Arrematação	1	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	9	9	5
TOTAIS	668	599	202



6 - RECURSOS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	915	890	64
Recurso Adesivo	75	75	6
Agravo de petição	38	35	9
Agravo de Instrumento	27	24	12
TOTAIS	1.055	1.024	91



7 - PRAZOS MÉDIOS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	879	155	190
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.522	260	330
Total / Média	2.401	222	292

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	871	162	193
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.539	288	331
Total / Média	2.410	242	292

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	406	19	19
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.044	42	28
Total / Média	1.450	36	26

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	41	319	279
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	258	302	317
Total / Média	299	304	310

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.061	1.964	2.139
Do início ao encerramento da execução - ente público	153	347	1.112
Total / Média	1.214	1.760	2.055

*Do início até a extinção da execução

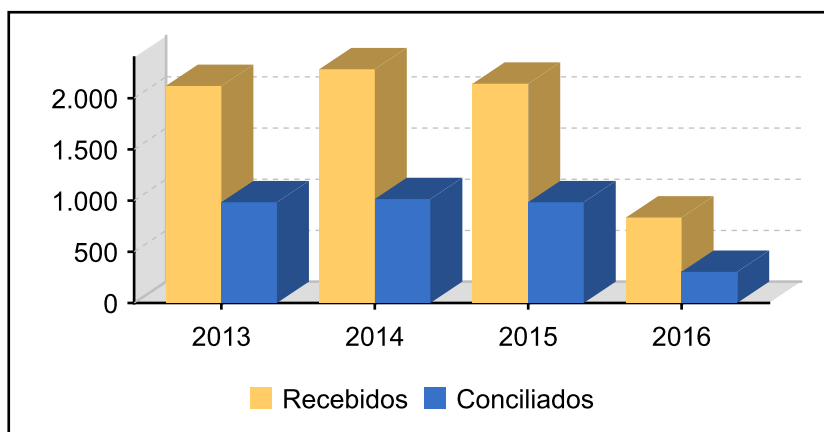


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

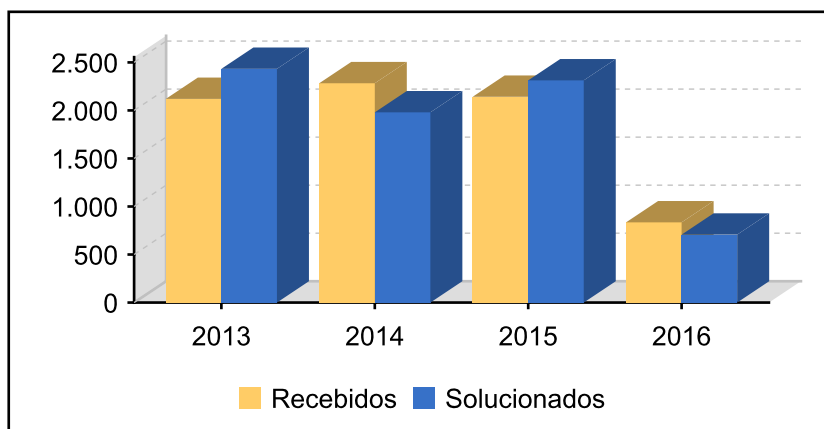
8.1 - Índice de conciliações [até 04/2016]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2013	2.120	984	46,42
2014	2.283	1.015	44,46
2015	2.142	984	45,94
2016	835	304	36,41



8.2 - Índice de soluções [até 04/2016]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2013	2.120	2.433	114,76
2014	2.283	1.980	86,73
2015	2.142	2.313	107,98
2016	835	707	84,67



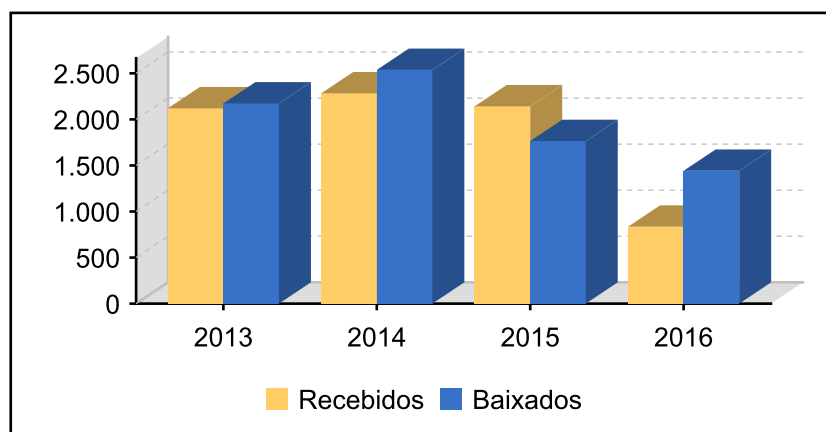


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

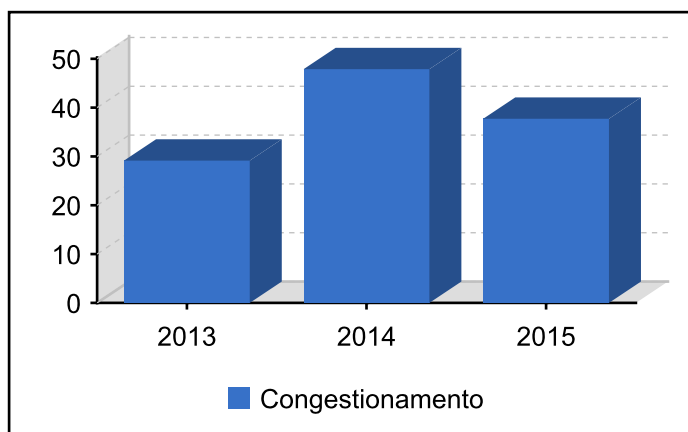
8.3 - Índice de baixas [até 04/2016]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2013	2.120	2.173	102,50
2014	2.283	2.537	111,13
2015	2.142	1.765	82,40
2016	835	1.442	172,69



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2013	1.314	2.120	2.433	29,15
2014	1.516	2.283	1.980	47,88
2015	1.572	2.142	2.313	37,72

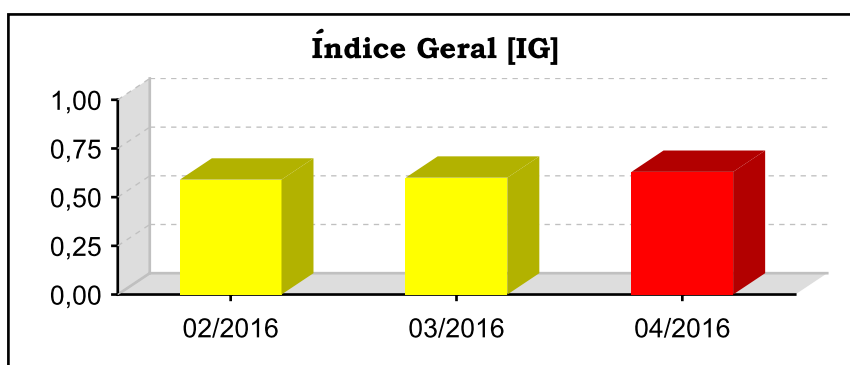
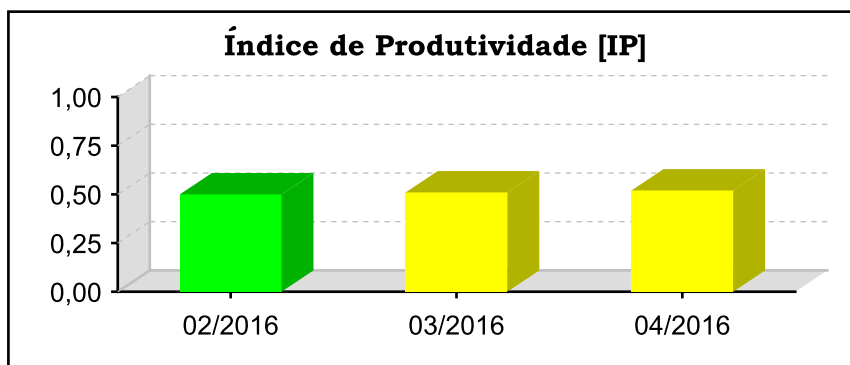
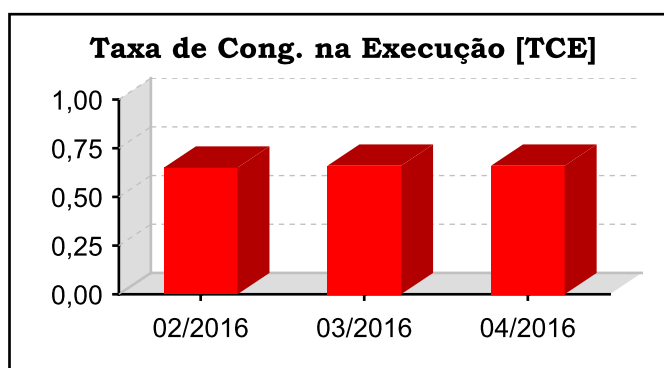
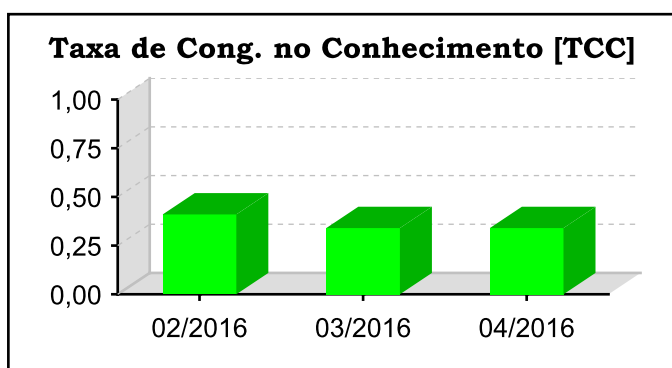




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
02/2016	0,41	0,65	0,50	0,59
03/2016	0,34	0,66	0,51	0,60
04/2016	0,34	0,66	0,52	0,63





10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	981	81,8	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.116	93,0	51,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.097	174,8	96,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	321	26,8	14,7
Incidentes Processuais Resolvidos	599	49,9	27,4
Dias-Juiz	655	54,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	45.386	68,8	41,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	49.902	75,6	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	95.288	144,4	86,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	19.494	29,5	17,6
Incidentes Processuais Resolvidos	35.940	54,5	32,5
Dias-Juiz	33.224	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	118.741	64,7	41,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	124.171	67,6	43,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	242.912	132,3	85,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	45.528	24,8	15,9
Incidentes Processuais Resolvidos	86.207	47,0	30,2
Dias-Juiz	85.746	46,7	---

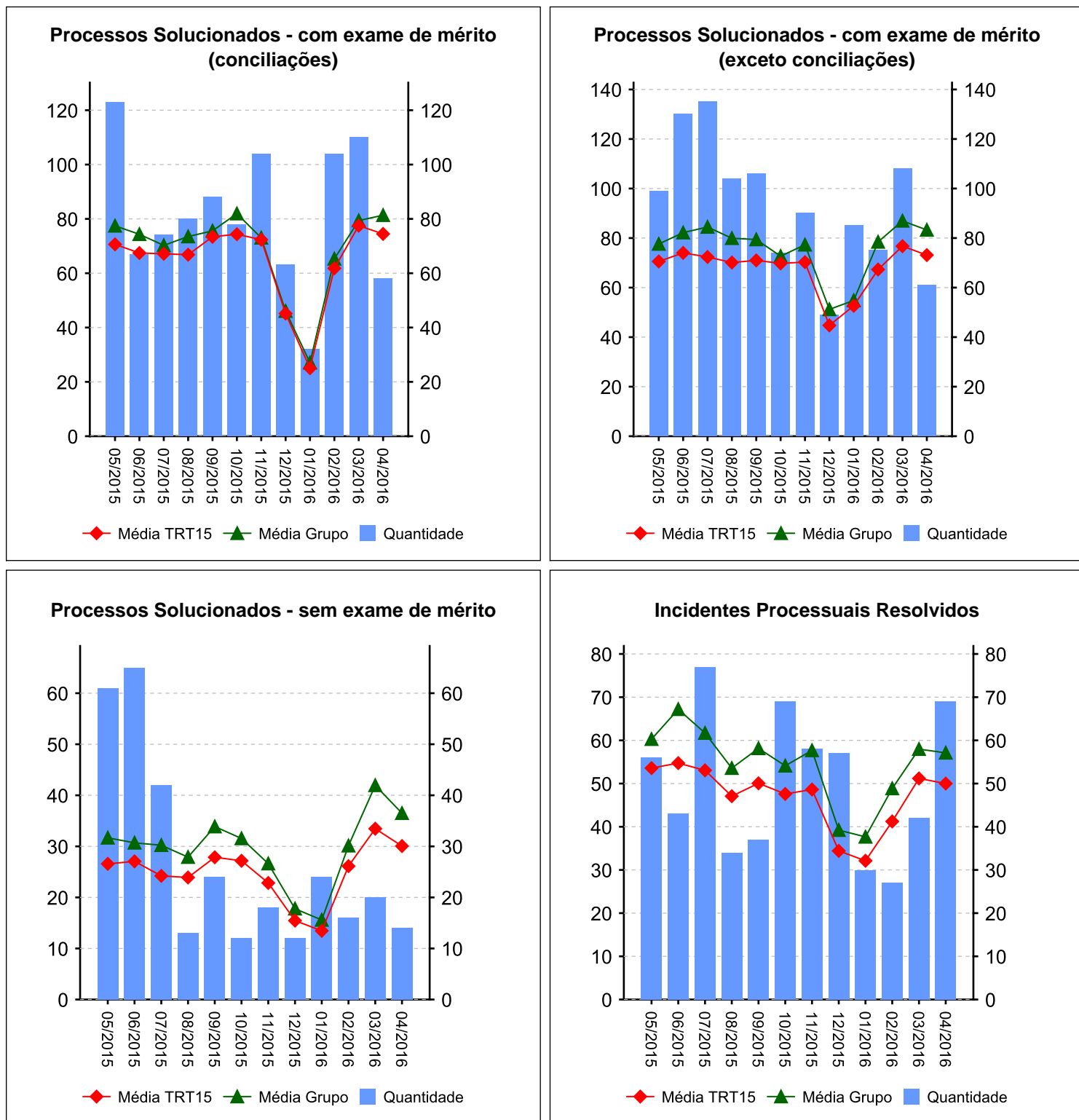
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.966	163,8	90,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	734	61,2	33,6
Sessões de audiência realizadas - una	2	0,2	0,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	41	3,4	1,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	55	4,6	2,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	736	61,3	33,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	96	8,0	4,4
Dias-Juiz	655	54,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	48.447	73,4	43,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	30.628	46,4	27,7
Sessões de audiência realizadas - una	61.967	93,9	56,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	9.176	13,9	8,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	10.535	16,0	9,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	92.595	140,3	83,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	19.711	29,9	17,8
Dias-Juiz	33.224	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	125.670	72,2	44,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	79.963	43,6	28,0
Sessões de audiência realizadas - una	152.709	83,7	53,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	20.748	11,3	7,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	23.087	12,6	8,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	232.672	126,7	81,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	43.835	23,9	15,3
Dias-Juiz	85.746	46,7	---

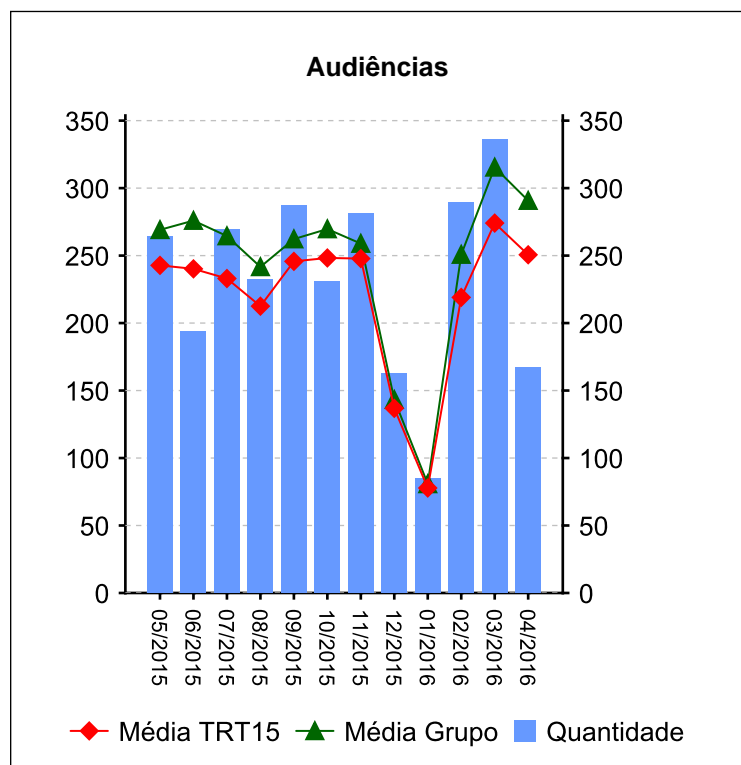
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



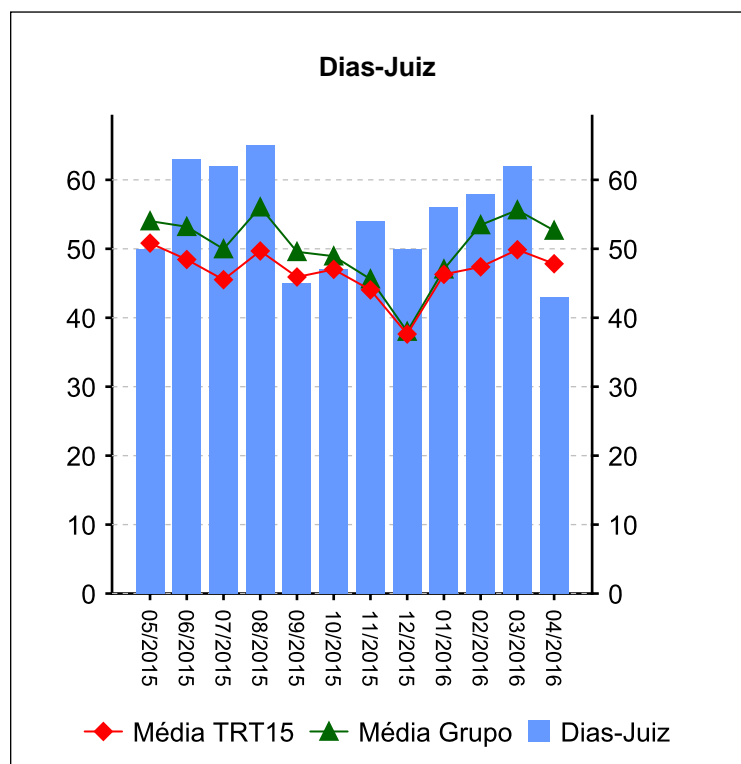
10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2015	3	0	211	50	0	264
06/2015	3	9	91	91	0	194
07/2015	2	7	181	78	1	269
08/2015	0	4	173	55	0	232
09/2015	1	4	216	65	1	287
10/2015	2	2	168	59	0	231
11/2015	4	8	206	63	0	281
12/2015	9	3	98	53	0	163
01/2016	2	2	63	18	0	85
02/2016	6	6	211	66	0	289
03/2016	5	4	256	71	0	336
04/2016	4	6	92	65	0	167
Total	41	55	1966	734	2	2798



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2015	50
06/2015	63
07/2015	62
08/2015	65
09/2015	45
10/2015	47
11/2015	54
12/2015	50
01/2016	56
02/2016	58
03/2016	62
04/2016	43
Média Mensal	54,6



11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2142	2313	0	178	193	100 %

Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

Processos distribuídos até 31/12/2013	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2120	1908	2370	0	193	66	34 %	100 %

Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
467	780	0	39	65	100 %



11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

Processos pendentes em 31/12/2012	Processos solucionados a partir de 01/01/2013	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
6	6	0	0	100 %

Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 1% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2015	Meta	Grau de Cumprimento
186	249	184	65,0 %



12 - ARRECADAÇÃO [05/2015 a 04/2016]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 68.265,76	R\$ 7.925,40	R\$ 161,37	R\$ 1.299.618,46



13 - EM CONSULTA AO PJe REALIZADA EM 01/06/2016, ÀS 14h46, FOI VERIFICADO QUE HÁ AUDIÊNCIAS AGENDADAS COM REGULARIDADE ATÉ:

TIPO	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
INICIAL	22/09/2016	-
UNA	-	-
INSTRUÇÃO	12/09/2016	10
JULGAMENTO	-	-

14 - ACERVO DA UNIDADE SEM TRAMITAÇÃO

	PJe*		SAP**
Data de corte:	30/04/2016	Data de Corte:	30/04/2016
Saldo:	1.115	Saldo:	699
		Total:	1.814

***Consulta realizada no dia 01/06/2016, entre 14h50/15h08.**

****Consulta realizada no dia 01/06/2016, às 14h19.**

15 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANO DE AÇÃO:

Não foi apresentado plano de ação pela Unidade e o Mapeamento Global de Desempenho (MGD), com dados apurados até 30/04/2016, demonstrou que a Unidade tem índice geral 0,63.

Anteriormente à correição, foi realizada reunião virtual com ao menos um dos membros do trio gerencial da Unidade para esclarecer e orientar sobre a elaboração do plano de ação. O objetivo é, com base no método 5W2H e análise do ciclo PDCA, desenvolver competências na equipe quanto à gestão de processos.



16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provedimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, verificou-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos n.ºs RTSum 0012195-70.2014.5.15.0038, RTOrd 0011575-58.2014.5.15.0038 e ET 0012374-04.2014.5.15.0038;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (em consulta em 02/06/2016, verificou-se a existência de 318 protocolos nos últimos 12 meses, com 61 pendências), INFOJUD e demais convênios; eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta ATA;

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora.

16.5 – realiza audiências em 4 dias da semana, segundo informado pela unidade e em consulta ao Pje no período de 05/2015 a 11/2015;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos da fase de execução – foram realizadas 55 no período de 05/2015 a 04/2016, embora não tenha realizado na última semana nacional de conciliação. Na Semana Nacional de Conciliação de 2016 (13 a 17/06/2016) a unidade incluiu 18 processos da fase de execução na pauta de audiência de conciliação

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se a ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz



para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PRODUTIVIDADE DA VARA

17.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho.

Para que se entendam os índices comparáveis que compõem o MGD, é trazida, como exemplo, a análise dos processos pendentes de solução. A Unidade apresenta índice de 0,42 nos processos pendentes de solução. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada, assim, à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Bragança Paulista apresenta 42% do maior saldo de processos pendentes.

Além disso, conforme item 10 da presente Ata, a Unidade manteve-se um pouco acima da média do grupo para a quantidade de “Dias-Juiz” nos últimos meses (média de 54,6 dias-juiz na Vara, enquanto no grupo foram 50,3), mas a quantidade de processos solucionados com exame de mérito (média mensal de 174,8) esteve muito acima da média de referido grupo (144,4), assim como da média do Tribunal (132,3), razão pela qual o Exmo. Desembargador Vice-Corregedor consigna elogios aos Magistrados pelos resultados alcançados.



17.2 – AUDIÊNCIAS

Observando o gráfico no item 10, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 30/04/2016, realizou menor média de audiências unas e de instrução (média mensal de 61,3) se comparada com a média do grupo (140,3) e do TRT (126,7) e maior média de iniciais (média mensal de 163,8) se comparado com a média do grupo (73,4) e do TRT (72,2), sendo que do total de 2.798 audiências, 1.966 foram do tipo iniciais e 734 de instruções. Embora não realizando audiências Unas, o índice de solução de processos apurado no item 10 desta ata é superior à média do grupo e do TRT e o prazo para realização das audiências encontra-se dentro de prazo razoável, principalmente levando em consideração que os feitos ajuizados em face de entes públicos e empresas que sabidamente não entabulam acordo não são incluídos na pauta.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas de 2015 (nºs 03, 06, 07, 08, 09, 11, 12) e de 2016 (nºs 01, 02, 03, 06 e 08).

Na mesma oportunidade, constatou-se que houve a retirada de bens das hastas unificadas nºs 08/2015 (quitação do débito), 09/2015 (determinação do juízo) e 08/2016 (por determinação judicial por constar alienação fiduciária).

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – recomenda-se que, além dos agrupadores, a Unidade utilize os filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – envidar esforços para reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento – Meta 5 da Justiça do Trabalho, se existentes condições mínimas de lotação;



20.2 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

20.3 – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal Diretor e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

20.4 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

20.5 – na qualidade de Corregedor Permanente da Vara do Trabalho, o MM. Juiz deverá acompanhar o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos do e-Gestão, com vistas à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

20.6 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.7 – para aferição do acervo sem tramitação há mais de 30 (trinta) dias, a gestora deverá considerar todas as caixas do PJe, inclusive a triagem inicial e minutar sentença;

20.8 – desenvolver competência dos orientadores de cada equipe para gerar e utilizar a tabela dinâmica, observando as instruções disponibilizadas na Extranet, no menu “Jurídico – Orientações da Corregedoria – Roteiro para geração da tabela dinâmica”;

20.9 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.10 – cumprir integralmente o Provimento GP-CR nº 05/2015, o Provimento GP-CR nº 03/2014 (Alterado pelo Provimento GP-CR nº 04/2015), o Ato GP-CR Nº 05/2015, a Ordem de Serviço nº 01/2015 e a Ordem de Serviço nº 03/2015, especialmente: **a) o item IV da Ordem de Serviço nº 01/2015 (INFOJUD, RENAJUD, ARISP, CCS e o Simba)**, que estabelece: “**IV** - A atuação do GIE - Grupo Interno de Execução das Varas (art. 2º, IX, Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012) deve ser planejada em estrita consonância com o trabalho dos Oficiais de Justiça, cabendo a estes a



realização da pesquisa básica de bens dos devedores indicados no Mandado, utilizando as ferramentas eletrônicas Infojud, Renajud, Arisp, Bacenjud etc. Os GIEs são responsáveis, especialmente, pela pesquisa prévia de dados de devedores no sistema EXE15, análise atenta das certidões dos oficiais de justiça, elaboração de minutas que visem declarar nulidades de transferências patrimoniais e inclusão de devedores no polo passivo da execução, identificados por meio das pesquisas com o CCS e o Simba”;

b) item V da Ordem de Serviço nº 01/2015 (CENIB), que estabelece: “**V** - A inclusão dos devedores na Central de Indisponibilidade – CENIB, e a gestão das informações serão realizadas pela Secretaria, após a constatação pelo Grupo Interno de Execução de que a certidão do Oficial de Justiça aponta o devedor como insolvente”;

20.11 – proceder à regular habilitação dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

20.12 – cumprir integralmente o item XVI, Ordem de Serviço nº 01/2015, que diz: “XVI- O mandado expedido para livre penhora e avaliação de bens em jurisdição diversa daquela de atuação do juízo da execução deverá ser instruído com certidão circunstanciada que relate as diligências realizadas no juízo de origem, inclusive com a utilização das ferramentas oferecidas para pesquisa patrimonial básica. Esta certidão deverá estar inserida no sistema EXE15, vinculada ao documento do executado. O mandado oriundo de outra jurisdição sem informações da prévia pesquisa patrimonial no juízo de origem será devolvido independentemente de cumprimento. Apresentando-se regular e após cumprido, os atos expropriatórios prosseguirão no juízo da execução”;

20.13 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado.

20.14 – observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo, o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão, conforme estabelecido no § 3º, artigo 25 do Provimento GP-CR Nº 03/2014, de 22 de setembro de 2014 e no item III da Ordem de Serviço CR nº 03/2015, e o registro do acordo/remição deve ser registrado no Sistema Exe15 como tal, e não como excluído de hasta, como se verificou no processo nº 0058300-38.1996.5.15.0038;



21 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

21.1- VISITA AO PAÇO MUNICIPAL:

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional, visitou a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista e, na oportunidade, foi recebido pelo Exmo. Sr. Prefeito Fernão Dias da Silva Leme. Presentes, ainda, a Exma. Sr^a Vice-Prefeita e Secretária Municipal de Educação Huguette Theodoro da Silva, o Sr. Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos Dr. Henri Dhoughlas Ramalho, OAB/SP n° 341.022, o Sr. Secretário Municipal de Esportes Sr. Manoel Luiz Nascimento Almeida, a Sra. Secretária Municipal de Governo Sr^a Cássia Pimentel, o Sr. Secretário Municipal de Obras Sr. José Eduardo Gonçalves, a Sra. Secretária Municipal de Finanças Sr^a Andrea Villasboas, o Cerimonialista Oficial Sr. Cláudio Siriane, a Assessora de Departamento Dr^a Carolina Capodeferro, OAB/SP n° 262.017, o Chefe da Divisão de Processos jurídicos Dr. José Benedito Maciel Júnior, OAB/SP n° 246.358, os Procuradores do Município Doutores Carlos Alberto Molle Júnior, OAB/SP n° 230.508, Letícia Barletta Santoro, OAB/SP n° 176.175, Aline Saback Gonçalves Domingues, OAB/SP n° 292.957, Janaína Crispim, OAB/SP n° 232.219, Ellen Cristina dos Santos Silva, OAB/SP n° 193.805, Gustavo Lambert Del'Agnolo, OAB/SP n° 302.235, Izabel Cristina Ridolfi Amorim, OAB/SP n° 113.761, José Donizetti de Oliveira, OAB/SP n° 126.584, José Maria de Faria Araújo, OAB/SP n° 205.995, José Pereira de Godoi, OAB/SP n° 59.301, Josiani Gonçalves Bueno Jameli, OAB/SP n° 181.006, Mie Kimura Barão, OAB/SP n° 90.077, Priscila Tufani de Oliveira, OAB/SP n° 162.496, Rafael Cipoleta, OAB/SP n° 274.177, Sandra Elisa Manuchaquian Frediani, OAB/SP n° 161.168, Solange Seviglia, OAB/SP n° 97.662, Suely Ferreira de Oliveira Brodoloni, OAB/SP n° 88.349, Tatiana Liza da Cunha, OAB/SP n° 162.489, a Assessora de Imprensa do Município Sr^a Aline Campos e o Fotógrafo do Município, Sr. Divio Gomes.

21.2 – ATENDIMENTO AOS ADVOGADOS:

Não houve atendimento.



22 – CONSTATAÇÕES:

Foram realizadas reuniões com os servidores das equipes de conhecimento, liquidação e execução, e com a Diretora da Unidade, abordando os seguintes temas: tramitação efetiva (não fragmentação de atos); gestão da Unidade a partir de processos e não petições; elaboração de plano de ação, observando o método 5W2H e o ciclo PDCA; gestão compartilhada da Unidade com colaboração dos orientadores de equipes; pauta inteligente; pré-análise da regularidade dos processos em pauta para evitar a redesignação de audiências; triagem das petições iniciais; procedimento concentrado das perícias – delegar ao perito a gestão das manifestações sobre o laudo; lançamento da ocorrência PAN e encaminhamento do processo para prolação de sentença; audiência de mediação; JURISCALC; homologação otimizada dos cálculos; gestão customizada dos processos em liquidação, considerando as características das empresas executadas; migração de processos físicos para PJe; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; detalhamento dos procedimentos a serem utilizados pelo GIE e esclarecimentos sobre o MGD.

Considerando os relatos e os esclarecimentos obtidos nas reuniões a Corregedoria sugere a adoção das seguintes práticas:

- a) Diante do previsto no inciso V do art. 246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC) e tendo em vista a celeridade processual, sugere-se que a Unidade entre em contato com grandes empresas demandadas a fim de viabilizar a intimação inicial por meio eletrônico, desde que acordada entre as partes, com o objetivo de otimizar procedimentos processuais. A mesma providência poderá ser tomada em relação à citação dos Municípios, podendo, se houver consenso com o órgão público, ser utilizada a intimação eletrônica.
- b) Orienta-se para que haja cautela com as notificações devolvidas, devendo preencher a vaga da pauta com outro processo e, posteriormente, buscar a melhor solução, evitando-se o cumprimento por Oficiais de Justiça, a fim de que estes possam dedicar o tempo precioso na busca de bens para satisfazer a execução.
- c) A Corregedoria esclarece que, para a liquidação, há 3 procedimentos, os quais devem ser utilizados de forma customizada. São eles: a) intimação das partes para apresentarem cálculos em audiência de conciliação, sendo a reclamada intimada para efetuar o depósito do valor que entende devido. Não havendo êxito na conciliação e



havendo possibilidade, homologam-se os cálculos e a reclamada sai citada para pagamento, sob pena de execução; b) intimação da reclamada para apresentar cálculos e efetuar o depósito do valor que entende devido, o qual é liberado ao reclamante, que é intimado para se manifestar sobre os cálculos. No silêncio, os mesmos serão homologados e o processo arquivado, se em termos e c) em havendo divergência séria quanto aos cálculos das partes ou nos casos de cálculos complexos, determina-se a realização de perícia contábil.

d) Nas hipóteses de obrigação de fazer consistente em anotar a CTPS, que os reclamantes sejam notificados para apresentarem aquele documento diretamente à reclamada, ou, então, que as partes sejam notificadas a comparecer em data específica para realizar a anotação perante a Secretaria. Essas são práticas adotadas por outras Unidades para reduzir as notificações expedidas e a manutenção desses documentos pela secretaria da Unidade, o que gera investimento de tempo na gestão documental. Mesmo que o Juízo entenda ser necessária a anotação efetiva pela Secretaria, a Sra. Diretora deve desenvolver essa competência em sua equipe, não centralizando essa tarefa. O importante é que o documento seja devolvido ao trabalhador no mesmo momento, sem que a Unidade retenha a Carteira de Trabalho do reclamante.

e) Triagem e inserção de feitos em pauta de mediação, como forma de abreviar o prazo médio de solução dos processos;

f) para otimizar a pauta, sugere-se que ao serem identificados processos com pequeno valor da causa, e de acordo com outros critérios de triagem, a Unidade os inclua em pauta de mediação ou conciliação. Tal prática é adotada em outras unidades com objetivo de reduzir o prazo médio da fase de conhecimento.

g) a adoção da prática apresentada por ocasião da 4ª Mostra de Boas Práticas, “Controle de Perícias”, a critério dos magistrados em exercício na unidade, por visar a redução de atos processuais pela secretaria, otimização da pauta de audiências, eliminação de incidentes (manifestações e impugnações) sobre o laudo, agilidade da realização e finalização da prova pericial e a redução do tempo médio dos feitos. A prática consiste na retirada de pauta dos feitos que dependem de perícia, ou não inclusão, intimando a reclamada a apresentar contestação e, somente no caso de manifestar interesse na conciliação, o feito é incluído na pauta; com a contestação, designa-se a perícia com data certa, determinando-se que as partes apresentem quesitos e assistentes diretamente ao perito por e-mail – comunicação essa também usada pelo perito para encaminhar o laudo às partes, que também por esta via



apresentam suas eventuais impugnações. Somente após, o laudo – já com esclarecimentos em caso de impugnações – é juntado ao feito. Também segundo a referida prática, a data da audiência de instrução é designada no despacho que determinou a perícia. Sugere-se também que a Secretaria mantenha a agenda do Sr. perito, evitando a prática de atos dispensáveis.

A Corregedoria reuniu-se com a Sra. Diretora de Secretaria, oportunidade em que foram relatados os resultados obtidos durante a correição, assim como os fatos identificados ao longo dos encontros ocorridos com as equipes. Na oportunidade, foi ressaltada a necessidade de todos compreenderem o seu papel e o que a Instituição espera de cada um, compreendendo a missão da Vara. A gestão deve ser realizada, sempre, por processo e jamais por petição, lembrando que, na fase de conhecimento, o que se busca é a sentença transitada em julgado, razão pela qual a gestão da pauta é imprescindível para que a audiência aconteça em prazo razoável. Orienta-se ainda que seja dada autonomia aos orientadores das fases, a fim de que adquiram experiência na gestão de pessoas e de processos, inclusive como forma de prepará-los para serem sucessores e melhorar o índice de produtividade da Unidade.

23 - OBSERVAÇÕES GERAIS:

23.1 – o MM. Juiz Titular está autorizado a residir fora da jurisdição da Unidade (processo nº 0000463-37.2014.5.15.0897).

23.2 – o MM. Juiz Substituto Auxiliar reside na sede da circunscrição da Unidade.

23.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

23.4 – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores estão de acordo com as normas deste Regional, conforme verificado nesta Correição.

24 - ENCERRAMENTO:

No dia 14 de junho de 2016, às 16 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional e publicada na Imprensa Oficial.

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
Desembargador Vice-Corregedor Regional